

SETOR DE CONTRATAÇÃO

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00113/2024

LICITAÇÃO Nº. 00007/2024

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

RUA JOSÉ FRANCISCO DE ARAÚJO, 62 - CENTRO - SOLEDADE - PB.

CEP: 58155-000 - E-mail: licita.soledade@gmail.com - Tel.: (083) 3383-1725/1094.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 08.919.425/0001-00, doravante **denominado simplesmente ORC**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através da Comissão de Contratação, doravante denominada Comissão, sediada no endereço acima, às 09:00 horas do dia 29 de Outubro de 2024, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Concorrência nº 00007/2024, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e sob o regime de empreitada por preço global; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC.**

Data de abertura da sessão pública: 29/10/2024. Horário: 09:00 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: 29/10/2024. Horário: 09:10 - horário de Brasília.

Local: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC.**

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3.A licitação será realizada em um único item.

1.4.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC** –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.6.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, de forma isolada ou simultânea, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos da Lei 123/06.

1.7.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 07:00 as 13:00 horas.

2.2.Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido à Comissão, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1.No endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.3.A Comissão responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pela Comissão, nos autos do processo de licitação.

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2.ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5.ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos.

3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1.Junto à Comissão: gratuitamente.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Início: Imediato;

Conclusão: 1 (um) mês.

5.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.3.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

20.06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

12.361.2011.2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA

3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PES JURIDICA

12.361.2011.2019 MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO FNDE

3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PES JURIDICA

12.361.2025.2012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB

3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PES JURIDICA.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.7.É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

6.9.CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: O licitante deverá atender aos requisitos abaixo e os respectivos comprovantes, obrigatoriamente, integrarão a documentação para fins de habilitação:

6.9.1.Comprovação de avaliação prévia do local de execução dos serviços, feita através de uma das seguintes opções a critério do licitante: a) Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, em substituição da referida vistoria prévia, contendo a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos: ► "DECLARAMOS sob as penalidades da lei, que temos conhecimento pleno das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto da Concorrência Eletrônica nº 00007/2024, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Prefeitura Municipal de Soledade - PB" ◀; b) Vistoria prévia ao local de execução dos serviços, a ser realizada pelo responsável técnico da empresa até o último dia útil que anteceder a licitação. O correspondente atestado de vistoria deverá ser formalmente elaborado pelo próprio licitante e assinado pelo seu responsável técnico, contendo a identificação da empresa e do signatário, a data que foi efetuada a vistoria, e basicamente com os seguintes termos: ► "ATESTAMOS sob as penalidades da lei, que vistoriamos o local de execução dos serviços e tomamos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos relativamente ao objeto da Concorrência Eletrônica nº 00007/2024, realizada pela Prefeitura Municipal de Soledade - PB" ◀.

6.9.1.1.No caso do licitante optar por realizar a vistoria prévia ao local de execução dos serviços, deverá comunicar ao Órgão de Contratação com a devida antecedência, observado o prazo máximo para realização da referida vistoria, necessária para que seja feito o devido agendamento junto ao setor competente do ORC que disponibilizará data e horário diferentes para os eventuais interessados.

6.9.2.Comprovação de capacidade técnico-profissional, através da **apresentação de Profissional**, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da presente licitação, que foram determinadas nos termos da norma vigente; abaixo indicadas. O referido atestado, que no caso é representado pela Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo conselho profissional competente, só será aceita se acompanhada da comprovação de que o Profissional apresentado pertence ao quadro da empresa ou dele fará parte caso seja vencedora do presente certame. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante: a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS assinada ou da ficha de Registro do Empregado; b) instrumento de contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum, devidamente registrado no registro público, nos termos do Art. 221, da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; c) ART Cargo-Função ou equivalente, emitido pelo conselho profissional competente; d) contrato social, alteração contratual ou equivalente na forma da lei, quando o responsável técnico for sócio da empresa; e) certidão de registro do licitante no conselho profissional competente, nos termos da norma vigente, dentro da data de sua validade e apenas quando essa trazer a indicação expressa do referido Profissional apresentado, como responsável técnico da empresa; f) declaração formal assinada pelo responsável técnico designado pelo licitante, detentor do correspondente acervo, contendo obrigatoriamente a identificação da empresa e do signatário, local e data, e basicamente com os seguintes termos: ► "DECLARO sob as penalidades da lei, que autorizei a apresentação do meu acervo para comprovação da capacidade técnico-profissional exigida na Concorrência Eletrônica nº. 00007/2024 e que integrarei o quadro técnico da empresa, ou lhe prestarei serviços para obra específica, caso seja vencedora do referido certame, realizado pela Prefeitura Municipal de Soledade - PB" ◀. Serão admitidos os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a: 96 – ELABORAÇÃO > CFT → OBRAS E SERVIÇOS – ELÉTRICA → ELETROTÉCNICA APLICADA → GERAÇÃO DE ENERGIA → #1789 – SOLAR FOTOVOLTAICA .

6.9.2.1.O referido profissional indicado pelo licitante deverá participar da execução dos serviços, e será admitida a sua substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo ORC.

6.9.2.2.O licitante poderá apresentar mais de um profissional e atestado para comprovação da sua capacidade técnico-profissional.

6.9.2.3.Os licitantes que venham a apresentar o mesmo Profissional para comprovação da capacidade técnico-profissional serão automaticamente inabilitados.

6.9.3.Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **em favor do Licitante**, que demonstre a sua capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da presente licitação, que foram determinadas nos termos da norma vigente; abaixo indicadas. Serão admitidas as certidões ou os atestados referentes à execução de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a: 96 – ELABORAÇÃO > CFT → OBRAS E SERVIÇOS – ELÉTRICA → ELETROTÉCNICA APLICADA → GERAÇÃO DE ENERGIA → #1789 – SOLAR FOTOVOLTAICA .

6.9.3.1.O licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.

6.10.GARANTIA DE PROPOSTA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, quando solicitado pela Comissão, como requisito de pré-habilitação:

6.10.1.Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor equivalente a R\$ 14.049,59. Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é **até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação**. Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser encaminhado por esse proponente no prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação da Comissão. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; b) seguro

garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta: Titular - PREFEITURA SOLEDADE MOVTO. Banco - BANCO DO BRASIL. Agência - 1149-5. Conta Corrente - 2792-8. Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada:

6.10.1.1.A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação;

6.10.1.2.Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

6.10.1.3.Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

7.0.DO CREDENCIAMENTO

7.1.Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2.Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3.Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4.Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3.O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas finais, após a fase de envio de lances.

8.7.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

- 8.8.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 8.9.O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 8.10.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.11.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. A Comissão poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 9.1.O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:
- 9.1.1.Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;
- 9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;
- 9.1.3.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.
- 9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.
- 9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.
- 9.5.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.
- 9.7.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.8.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 9.9.Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.10.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 9.11.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:
- 10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
- 10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- 10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão e os licitantes.
- 10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:
- 10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:
- 10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:
- 10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;
- 10.8.2.A Comissão poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

- 10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Comissão poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:
- 10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.
- 10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.17.No caso de desconexão com a Comissão, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.20.Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.
- 10.21.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até dez por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.22.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.23.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
- 10.24.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.25.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.
- 10.26.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:
- 10.26.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 10.26.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
- 10.26.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 10.26.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 10.27.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:
- 10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;
- 10.27.2. Empresas brasileiras;
- 10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.
- 10.28.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:
- 10.28.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.28.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 10.28.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

10.28.4.A Comissão solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

10.28.5.É facultado à Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.29.Havendo necessidade, a Comissão suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.30.Após a negociação do preço, a Comissão iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

11.1.Encerrada a etapa de negociação, a Comissão realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.

11.2.A Comissão poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.2.1.É facultado à Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.3.Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.3.1.Contiver vícios insanáveis;

11.3.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;

11.3.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.3.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.3.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3.6.Não comprovar, quando solicitado pela Comissão recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

11.4.Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.4.1.É facultado à Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

11.4.2.A inexecutabilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência da Comissão, que comprove:

11.4.2.1.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.4.2.2.Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.3.Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação vigente.

11.5.A Comissão poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

11.6.Havendo necessidade, a Comissão suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.7.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, a Comissão verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital. Antes, porém, como requisito de pré habilitação, será solicitado ao licitante provisoriamente vencedor a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

12.0.DA HABILITAÇÃO

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3.PESSOA JURÍDICA:

12.3.1.Registro ou inscrição, em compatibilidade com o objeto do presente certame, do licitante e seus responsáveis técnicos frente ao conselho regional de fiscalização profissional competente, da região da sede do licitante.

12.3.2.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.3.3.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.4.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade

identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.5. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.6. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.8. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.10. Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.11. Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.12. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.13. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.

12.3.14. Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo V:

12.3.14.1. Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.14.2. Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.14.3. Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.14.4. Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.14.5. Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade;

12.3.14.6. Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e da proposta; e

12.3.14.7. Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4. Documentação específica - pessoa jurídica:

12.4.1. Comprovação de avaliação prévia do local de execução dos serviços - item 6.9.1.

12.4.2. Comprovação de capacidade técnico-profissional - item 6.9.2.

12.4.3. Comprovação de capacidade técnico-operacional - item 6.9.3.

12.5. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação da Comissão, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.5.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela Comissão; ou

12.5.2. De ofício, a critério da Comissão, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.6. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.7. A verificação pela Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.9.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.10.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.10.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.10.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério da Comissão, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.10.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.10.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.10.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.12.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Agente de Contratação, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.13.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.13.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.13.3. Poderá ser utilizada, a critério da Comissão, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.15. Havendo necessidade, a Comissão suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação da Comissão no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1. Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de execução; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3. Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados; especialmente de:

- 13.1.3.1. Planilha de quantitativos e preços;
- 13.1.3.2. Cronograma físico-financeiro compatível com o prazo de execução dos serviços; e
- 13.1.3.3. Composição de custos unitários contendo, inclusive, o detalhamento da composição e da taxa de Bonificação ou Benefício de Despesas Indiretas - BDI e dos respectivos percentuais praticados, bem como o detalhamento dos Encargos Sociais - ES.
- 13.2. A planilha de quantitativos e preços, o cronograma físico-financeiro e a composição de custos unitários, deverão ser assinados por responsável técnico da empresa:
- 13.2.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;
- 13.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta.
- 13.3. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:
- 13.3.1. Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;
- 13.3.2. Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.
- 13.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:
- 13.4.1. Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;
- 13.4.2. No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;
- 13.4.3. Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo serviço, prevalecerá o de menor valor.
- 13.5. A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 13.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.
- 13.7. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 13.8. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:
- 13.8.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 13.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.
- 13.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0. DOS RECURSOS

- 14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.
- 14.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inhabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.
- 14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:
- 14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 14.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.
- 14.4. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 14.5. As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:
- 14.5.1. Em campo próprio do sistema eletrônico.
- 14.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15.2.5. Para que a licitação seja homologada poderá ser realizada diligência para comprovação de funcionamento e veracidade por visita in loco ou vídeo chamada via aplicativo para celular de mensagens instantâneas.

16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor ORC:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e executado sob o regime de empreitada por preço global.

16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

17.1.Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano.

17.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil – INCC acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

17.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

18.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

18.3. Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

19.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1. Obrigações do Contratante:

19.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

19.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

19.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

19.1.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

19.2. Obrigações do Contratado:

19.2.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

19.2.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

19.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

19.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

19.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

19.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

19.2.7. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

20.0. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do "atesto" da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada

20.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4. Será cobrada sobre os contratos assinados entre a Prefeitura e os seus fornecedores de produtos e serviços a TPDP – Taxa de Processamento da Despesa Pública, criada através da Lei Municipal nº 722/2016, conforme redação abaixo:

a) O fato gerador da TPDP é o processamento do pedido de pagamento formalizado por credores do município em razão de contratos de obras públicas, produtos e serviços.

b) A TPDP será cobrada no fator de 2% (dois por cento) sobre o valor de face do contrato, para empresa de médio porte ou superior, e 1% (um por cento) para empresas de pequeno porte, a ser realizada no ato da consolidação dos respectivos pagamentos.

21.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a

imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

21.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

22.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

22.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

23.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7. Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

23.10. O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Rua José Francisco de Araújo, 62 – Centro – Soledade – PB, nos horários normais de expediente: das 07:00 às 13:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11. Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Soledade, Estado da Paraíba.

Soledade - PB, 08 de Outubro de 2024.

DAVID PIERRE GONÇALVES PEREIRA
Agente de Contratação

SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2024

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC	UND	1	1.404.959,29	1.404.959,29
				TOTAL	1.404.959,29

3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

3.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

3.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

3.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

4.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

4.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

4.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

4.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

4.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato:

Início: Imediato;

Conclusão: 1 (um) mês.

5.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

6.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

6.1.Os preços contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

6.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil – INCC acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

6.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

7.0.DO PAGAMENTO

7.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do "atesto" da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada

7.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

8.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

8.2.Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

9.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

10.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.0. DO MODELO DE PROPOSTA

11.1. É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utilizá-lo como referência - Anexo 01.

JÚLIO CEZAR DE VASCONCELOS GARCIA
SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA

SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2024

PROPOSTA

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE - PB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC	UND	1		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE EXECUÇÃO:
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:
Banco:
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO IV - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2024

MINUTA DO CONTRATO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00113/2024

CONTRATO Nº: .../...-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE E, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Soledade - Rua José Francisco de Araújo, 62 - Centro - Soledade - PB, CNPJ nº 08.919.425/0001-00, neste ato representada pelo Prefeito Geraldo Moura Ramos, Brasileiro, Casado, Empresário, residente e domiciliado na Rua Antonio Marques de Vasconcelos, 130 - Jardim Cruzeiro - Soledade - PB, CPF nº 323.442.794-15, Carteira de Identidade nº 863144 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 00007/2024, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE PROJETO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº 00007/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil – INCC acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

20.06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12.361.2011.2011 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA
3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PES JURIDICA
12.361.2011.2019 MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS DO FNDE
3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PES JURIDICA
12.361.2025.2012 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB
3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PES JURIDICA

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do "atesto" da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a - Início: Imediato;

b - Conclusão: 1 (um) mês.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - No prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do presente contrato, deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, em conformidade com os Arts. 96 a 102, da Lei 14.133/21, considerado o prazo previsto no Art. 96, § 3º, do mesmo diploma legal. A garantia prestada pelo Contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do Contratante e, quando em dinheiro, poderá ser atualizada monetariamente. Não ocorrendo a efetiva prestação de garantia no prazo determinado sujeitará o Contratado às penalidades legalmente estabelecidas, sem prejuízo da rescisão deste contrato. Conforme o caso e a critério do Contratante, a garantia prestada na fase de habilitação da respectiva licitação poderá ser utilizada na composição da referida garantia do contrato;

i - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

j - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Soledade.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Soledade - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....

SETOR DE CONTRATAÇÃO

Anexo V - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2024

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 00007/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE - PB.

PROPONENTE

CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Soledade, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento dos requisitos para a habilitação e da proposta.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos para a habilitação; e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital e seus anexos.

7.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



PROJETO E MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS

contratante: Prefeitura Municipal de Soledade
CNPJ: 08.919.425/0001-00
ENDEREÇO: Rua José Francisco De Araújo 62
Centro, soledade-PB

Contratada: Teodozio Eletro
CNPJ: 48.350.285/0001-17
Endereço: Rua Getúlio vargas 992
Centro, Pedra Branca-PB

PROJETO E MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS

Responsável Técnico:

CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA

Técnico em Eletrotécnica

CFT 09467101475

TRT DO PROJETO: CFT 2403844125



Documento assinado digitalmente
CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA
Data: 15/09/2024 23:46:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1. GENERALIDADES

O presente projeto tem como objetivo o estudo e dimensionamento para a instalação de sistemas fotovoltaicos em seis prédios públicos municipais, visando gerar energia limpa e reduzir os custos com energia elétrica. Foi realizado um estudo detalhado das edificações, identificando as melhores soluções para suprir a necessidade da prefeitura de Soledade/PB. A potência total somada de todos os projetos é de 318.24kWp.

Todo o projeto foi elaborado conforme padrão estabelecido por Normas, Portarias e Resoluções, e a execução de todos os serviços de construção obedecerá rigorosamente aos projetos e materiais especificados nos memoriais descritivos.

Todos os materiais e serviços aplicados na obra serão comprovadamente de primeira qualidade, satisfazendo as condições estipuladas neste memorial, os códigos, normas e especificações brasileiras, quando cabíveis. Os materiais e serviços somente poderão ser alterados mediante consulta prévia aos autores do projeto e fiscalização, por escrito, havendo falta deles no mercado ou retirada de linha pelo fabricante. As equipes de instalação devem estar sempre equipadas com todos os EPI's e EPC's necessários e obrigatórios para a realização das tarefas em questão.

2. CARACTERÍSTICAS DOS LOCAIS DE INSTALAÇÃO

2.1. Centro Municipal de Capacitação e Formação Educacional Aripino Neto



Figura 1: CENTRO MUNICIPAL DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO EDUCACIONAL AGRIPINO NETO

- 2.1.1. Rua Joana e Gouveia, s/n, Centro, Soledade/PB;
- 2.1.2. Coordenadas: -7.05797, -36.37218
- 2.1.3. Tensão de fornecimento: 220/380 V;
- 2.1.4. Tarifação: B3 – Poder Público Municipal;
- 2.1.5. Padrão ideal: T3 (pode se fazer necessário uma regularização do padrão);
- 2.1.6. Unidade Consumidora: UC 5/1248292-3

PROJETO do CENTRO MUNICIPAL DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO EDUCACIONAL AGRIPINO NETO			
Potência Instalada:		39,78 kWp	
Área Total da Usina:		182 m ²	
Módulos fotovoltaicos:		68 módulos de 585W	
Inversor fotovoltaico:		30,00 kW	
MPPT	Nº de módulos	Área	Potência
1	24 módulos (12+12)	64,08 m ²	14,04 kWp
2	24 módulos (12+12)	64,08 m ²	14,04 kWp
3	20 módulos (10+10)	53,4 m ²	11,70 kWp

Tabela 1: Projeto do Centro municipal de capacitação e formação educacional Aripino Neto

2.2. Escola Municipal Maria Lúcia Matias de Oliveira



Figura 2: ESCOLA MUNICIPAL MARIA LÚCIA MATIAS DE OLIVEIRA

2.2.1. Endereço: Rua Venâncio Martins Sampaio 67,JD. Cruzeiro - Soledade/PB;

2.2.2. Coordenadas: -7.06312, -36.36126

2.2.3. Tensão de fornecimento: 220/380 V;

2.2.4. Tarifação: B3 – Poder Público Municipal;

2.2.5. Padrão ideal: T3 (pode se fazer necessário uma adequação do padrão);

2.2.6 Unidade Consumidora : UC 5/352636-5

PROJETO DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA LÚCIA MATIAS DE OLIVEIRA			
Potência Instalada:		39,78 kWp	
Área Total da Usina:		182 m ²	
Módulos fotovoltaicos:		68 módulos de 585W	
Inversor fotovoltaico:		30,00 kW	
MPPT	Nº de módulos	Área	Potência
1	24 módulos (12+12)	64,08 m ²	14,04 kWp
2	24 módulos (12+12)	64,08 m ²	14,04 kWp
3	20 módulos (10+10)	53,4 m ²	11,70 kWp

Tabela 2: Projeto da Escola Municipal Lúcia Matias de Oliveira

2.3. ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ ANA DE NAZARÉ

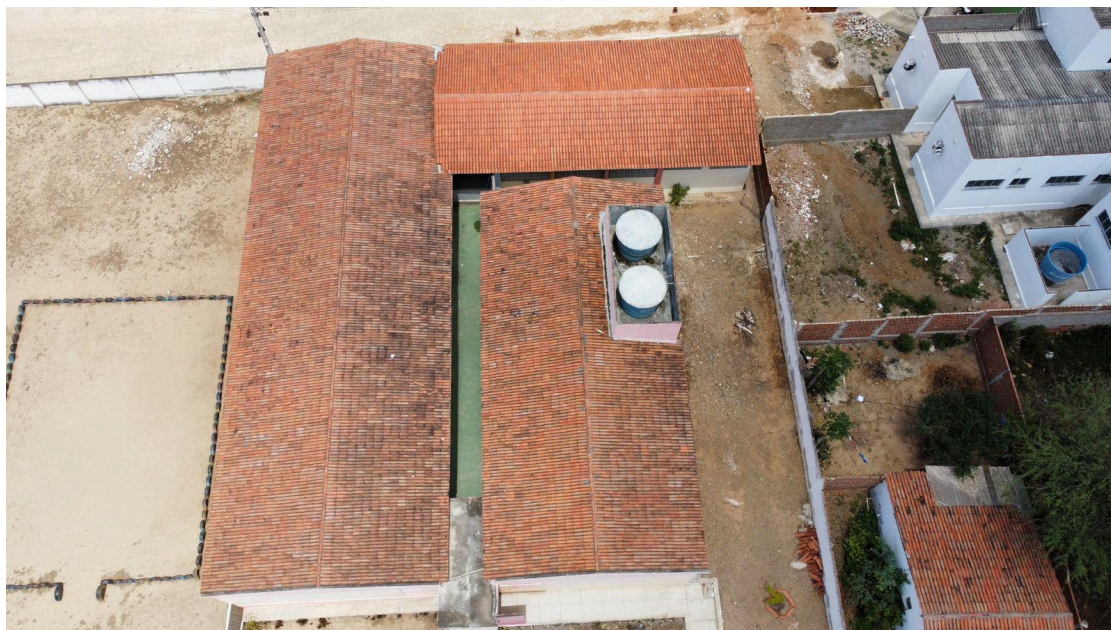


Figura 3: Escola municipal Irmã Ana de Nazaré, Soledade - PB

2.3.1. Rua Manoel Barros, s/n, Chico Pereira, Soledade/PB;

2.3.2. Tensão de fornecimento: 220/380 V;

2.3.3. Coordenadas: -7.06498, -36.36618

2.3.4. Tarifação: B3 – Poder Público Municipal;

2.3.5. Padrão ideal: T3 (pode se fazer necessário uma adequação do padrão);

2.3.6. Unidade Consumidora: UC 5/1872695-0

PROJETO ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ ANA DE NAZARE PB			
Potência Instalada:		39,78 kWp	
Área Total da Usina:		182 m ²	
Módulos fotovoltaicos:		68 módulos de 585W	
Inversor fotovoltaico:		30,00 kW	
MPPT	Nº de módulos	Área	Potência
1	24 módulos (12+12)	64,08 m ²	14,04 kWp
2	24 módulos (12+12)	64,08 m ²	14,04 kWp
3	20 módulos (10+10)	53,4 m ²	11,70 kWp

Tabela 3: Projeto Escola Municipal Irmã Ana de Nazaré, Soledade/PB

2.4. CRECHE MUNICIPAL MARIVALDO CASTELO BRANCO



Figura 4: Creche Municipal Marivaldo Castelo Branco

2.4.1. Endereço: Rua Francisco de Sales Soares,s/n, STA Teresa, Soledade/PB;

2.4.2. Coordenadas: -7.05949, -36.37209

2.4.3. Tensão de fornecimento: 220/380 V;

2.4.4. Tarifação: B3 – Poder Público Municipal;

2.4.5. Padrão ideal:T3 (pode se fazer necessário uma adequação do padrão);

2.4.6. Unidade Consumidora: UC 5/731837-1

PROJETO CRECHE MUNICIPAL MARIVALDO CASTELO BRANCO			
Potência Instalada:		39,78 kWp	
Área Total da Usina:		182 m ²	
Módulos fotovoltaicos:		68 módulos de 585W	
Inversor fotovoltaico:		30,00 kW	
MPPT	Nº de módulos	Área	Potência
1	24 módulos (12+12)	64,08 m ²	14,04 kWp
2	24 módulos (12+12)	64,08 m ²	14,04 kWp
3	20 módulos (10+10)	53,04 m ²	11,70 kwp

Tabela 4: Projeto da Creche Municipal Marivaldo Castelo Branco

2.5. ESCOLA MUNICIPAL JUVINA DE OLIVEIRA MONTEIRO



Figura 5: Escola Municipal Juvina de Oliveira Monteiro

2.5.1. Endereço: Rua Raimundo M. de Queiroz, s/n, Alto São José – Soledade/PB;

2.5.2. Coordenadas: -7. 05956, -36.35418 ;

2.5.3. Tensão de fornecimento: 220/380 V;

2.5.4. Tarifação: B3 – Poder Público Municipal;

2.5.5. Padrão ideal: T3 (pode se fazer necessário uma adequação do padrão);

2.5.6. Unidade Consumidora: UC 5/556762-3

PROJETO ESCOLA MUNICIPAL JUVINA DE OLIVEIRA MONTEIRO			
Potência Instalada:		39,78 kWp	
Área Total da Usina:		182 m ²	
Módulos fotovoltaicos:		68 módulos de 585W	
Inversor fotovoltaico:		30,00 kW	
MPPT	Nº de módulos	Área	Potência
1	24 módulos (12+12)	64,08 m ²	14,04 kWp
2	24 módulos (12+12)	64,08 m ²	14,04 kWp
3	20 módulos (10+10)	53,4 m ²	11,70 kWp

Tabela 5: Projeto da ESCOLA MUNICIPAL JUVINA DE OLIVEIRA MONTEIRO

2.6. ESCOLA MUNICIPAL PROF. LUIZ GONZAGA BURITY



Figura 6: Escola Municipal Prof. Luiz Gonzaga Burity

2.6.1. Endereço: Rua José Chagas de Brito, s/n, Centro - Soledade/PB;

2.6.2. Coordenadas: -7. 05847, -36.36549

2.6.3. Tensão de fornecimento: 220/380 V;

2.6.4. Tarifação: B3 – Poder Público Municipal;

2.6.5. Padrão ideal: Já existe uma Subestação área de 112,5kVA;

2.6.6. Unidade Consumidora: UC 5/1266780-4

ESCOLA MUNICIPAL PROF. LUIZ GONZAGA BURITY			
Potência Instalada:		119,34 kWp	
Área Total da Usina:		542,64 m ²	
Módulos fotovoltaicos:		204 módulos de 585W	
Inversor fotovoltaico:		75,00 kW	
Subestação aérea existente:		112,5 kVA	
MPPT	Nº de módulos	Área	Potência
1	34 módulos (17+17)	90,44 m ²	19,89 kWp
2	34 módulos (17+17)	90,44 m ²	19,89 kWp
3	34 módulos (17+17)	90,44 m ²	19,89 kWp
4	34 módulos (17+17)	90,44 m ²	19,89 kWp
5	34 módulos (17+17)	90,44 m ²	19,89 kWp
6	34 módulos (17+17)	90,44 m ²	19,89 kWp

Tabela 6: Projeto da Escola Municipal Prof. Luiz Gonzaga Burity

LOCAIS DA GERAÇÃO

UNIDADES CONSUMIDORAS	POTÊNCIA (KWp)
5/1248292-3	39,78
5/352636-5	39,78
5/1872695-0	39,78
5/731837-1	39,78
5/556762-3	39,78
5/1266780-4	119,34
GERAÇÃO TOTAL DO PROJETO	318,24 KWp

2.7. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS SOBRE DISTRIBUIÇÕES

O processo de dimensionamento dos sistemas fotovoltaicos para cada localidade foi meticulosamente realizado, levando em consideração as demandas energéticas específicas de cada área e a tensão operacional ótima dos inversores solares. Esta análise incluiu uma avaliação detalhada das características de irradiância solar, padrões de consumo de energia local, e a eficiência dos componentes do sistema fotovoltaico.

Adicionalmente, permanece aberta a possibilidade de reconfiguração da distribuição dos inversores e módulos fotovoltaicos entre os diversos projetos, caso se identifiquem alternativas mais eficientes durante a fase de implementação. Esta reconfiguração pode ser motivada não apenas por eficiência energética, mas também por considerações estruturais, como a capacidade de suporte dos telhados ou outras superfícies de instalação. Qualquer ajuste proposto poderá envolver a alteração na quantidade e capacidade dos equipamentos instalados em cada localidade, sempre respeitando a capacidade total instalada prevista no projeto inicial.

É imperativo que qualquer modificação, seja por eficiência energética ou por adequação estrutural, seja submetida à aprovação prévia da Prefeitura. Deve-se apresentar uma análise detalhada justificando as mudanças e demonstrando como estas contribuem para a otimização do desempenho do sistema, sem comprometer a integridade e os objetivos do projeto original. Este procedimento visa assegurar a transparência e eficácia na implementação do projeto de

energia solar, alinhando-se com os padrões regulatórios e as expectativas da administração municipal. Ainda, cabe à empresa contratada averiguar a capacidade estrutural de cada telhado e verificar a necessidade ou não de algum reforço estrutural.

3. CARACTERÍSTICAS DOS SISTEMAS FOTOVOLTAICOS

3.1 - Sistemas Fotovoltaicos:

3.1.1 - Os sistemas serão instalados sobre as coberturas das unidades, ou em solo, devendo se observar as características e especificidades de cada local;

3.1.2 – O sistema deverá ser instalado de forma a utilizar a máxima captação de energia ao longo do ano, devendo os módulos fotovoltaicos estarem orientados, se possível, em direção ao Norte, caso não for possível, nas direções Leste/Oeste;

3.1.3 – A posição dos módulos fotovoltaicos também deverá ser instalada de forma a evitar áreas de sombreamento. Caso seja necessária alguma adequação para evitar sombreamento deverá ser informada;

3.1.4 – As distribuições de módulos fotovoltaicos por MPPT dispostas no item 2 são apenas indicações. Verificando impossibilidade de fazer da maneira proposta, pode se fazer de outra maneira, desde que sejam respeitados os limites dos inversores;

3.1.5 – As distribuições de módulos fotovoltaicos por local dispostas no item 2 são apenas indicações. Verificando alguma inviabilidade elétrica, estrutural ou física, podem ser realocados módulos para outra unidade desde que em acordo com a prefeitura, e mantendo a potência total do projeto.

3.2 - Módulos fotovoltaicos:

3.2.1 - A quantidade máxima de módulos por inversor deve ser respeitada, se observando todos os parâmetros de tensão e corrente do inversor;

3.2.2 - Todos os módulos deverão ser do mesmo fabricante e modelo;

3.2.3 - Grau de proteção mínimo: IP 68;

3.2.4 - Potência : 585W;

3.2.5 - Módulo Eficiência STC: 22,6% nas condições padrões de teste;

3.2.6 - Garantia contra defeitos de fábrica: Mínimo de 10 anos;

3.2.7 - A empresa contratada deverá fornecer módulos fotovoltaicos com características equivalentes ao equipamento de referência especificado;

3.2.8 - Os módulos instalados deverão ser instalados lado a lado sobre estrutura metálica, na posição vertical ("retrato"), formando fileiras. A estrutura metálica, para os módulos da edificação deverão possuir inclinação vertical e deverão ser voltadas para o norte, ou o mais próximo possível seguindo o caimento dos telhados;

3.2.9 - Os módulos fotovoltaicos serão conectados em série, conforme especificado no Projeto Elétrico, de modo a fornecer determinado valor de tensão para o arranjo fotovoltaico;

3.2.10 - Ficha técnica do módulo indicado:

Módulo fotovoltaico – Ficha Técnica	Potência: 585W
Máxima Potência - Pmax (Wp):	585
Máxima Tensão - Vmp (V):	40,63
Máxima Corrente - Imp (A):	14,40
Tensão de Circuito Aberto - Voc (V):	48,38
Corrente de curto-circuito - Isc (A):	15,26
Eficiência do módulo (%):	22,6%
Dimensões (mm):	2278x1134x30
Peso (kg):	31,80

Tabela 7: Ficha técnica do módulo fotovoltaico

3.3 - Fixação dos Módulos Fotovoltaicos

3.3.1 - A estrutura de fixação dos módulos não poderá ser o suporte em Z, para evitar vazamentos de água no telhado;

3.3.2 - Suportes, fixadores, e parafusos deverão ser de material inoxidável e a sua especificação deverá garantir que a junção de dois materiais não levará a ocorrência de corrosão galvânica;

3.3.3 - Os furos e as aberturas, realizados em lajes, telhas ou outro elemento da edificação para fixação de estruturas de suporte ou passagem

de eletrodutos e eletrocalhas, deverão receber vedação e acabamento com impermeabilizantes adequados, de modo a impedir a infiltração ou o acúmulo de água;

3.3.4 – Em caso de instalação em solo, os módulos devem ser instalados de modo a evitar o sombreamento em todas as épocas do ano, e devem ser voltados para o norte, ou o mais próximo possível.

3.4 – Inversores

3.4.1 - A quantidade e potência de saída de cada inversor deverá ser estabelecida de acordo com os dados e projeto apresentados nesse documento;

3.4.2 – Os inversores devem ser instalados em local de fácil acesso para vistoria posterior. Os inversores somente poderão ser conectados na rede da concessionária após a instalação do medidor bidirecional. O sistema de geração fotovoltaica deve ser constituído por inversores do mesmo tipo e modelo;

3.4.3 - Os inversores serão instalados na posição indicada conforme manual do fabricante;

3.4.4 - Proteções incorporadas e integrantes ao inversor empregado:

3.4.4.1 - Proteção de sub frequência:

Quando a frequência da rede assumir valores abaixo de 57,5 Hz, o sistema de geração distribuída deve cessar o fornecimento de energia à rede elétrica em até 0,2 s. O sistema somente voltará a fornecer energia à rede quando a frequência retornar para 59,9 Hz, respeitando o tempo de reconexão.

3.4.4.2 - Proteção de sobre frequência:

Quando a frequência da rede ultrapassar 62 Hz, o sistema de geração distribuída deve cessar o fornecimento de energia à rede elétrica em até 0,2 s. O sistema somente voltará a fornecer energia à rede quando a frequência retornar para 60 Hz, respeitando o tempo de reconexão.

3.4.4.3 - Sincronismo:

O inversor deve garantir o sincronismo da geração com a rede e evitar conexões indevidas. Em nenhuma hipótese será permitido o ilhamento de geradores conectados ao sistema Elétrico da Concessionária.

3.4.4.4 - Anti ilhamento:

O sistema de geração distribuída cessa o fornecimento de energia à rede em até 2 segundos após a perda da rede da concessionária.

3.4.4.5 - Proteção de injeção de componente C.C. na rede elétrica:

O sistema de microgeração cessa fornecimento de energia à rede em 1 s se a injeção de componente C.C. na rede elétrica for superior a 0,5 % da corrente nominal do sistema de geração distribuída.

3.4.4.6 - Reconexão:

Depois de uma "desconexão" devido a uma condição anormal da rede, o sistema de microgeração não retorna o fornecimento de energia à rede elétrica (reconexão) por um período mínimo de 180 segundos, após a retomada das condições normais de tensão e frequência da rede da concessionária.

3.4.4.7 - Proteção de sub tensão:

O sistema de geração distribuída, ao perceber uma condição anormal de tensão e cessa o fornecimento à rede. As seguintes condições da tabela 5 serão cumpridas, com tensões eficazes e medidas no ponto de conexão comum.

3.4.4.8 - Proteção de sobre tensão:

O sistema de geração distribuída, ao perceber uma condição anormal de tensão e cessa o fornecimento à rede. As seguintes condições da tabela 5 serão cumpridas, com tensões eficazes e medidas no ponto de conexão.

Tensão no ponto de conexão comum (% em relação a V nominal)	Tempo máximo de desligamento
V < 80% (0,8 p.u.)	0,2 s
80% (0,8 p.u.) ≤ V ≤ 110% (1,1 p.u.)	Regime normal
110% (1,1 p.u.) < V	0,2 s

Tabela 8: Requisitos de proteção do inverso

3.4.5 – Ficha técnica do inversor indicado de 30,00 kW:

Entrada (CC)	
Máxima potência de entrada CC (Wp)	45.000
Número de MPPT	6
Número de entradas por MPPT	6/12
Tensão máxima de entrada (V)	1100
Tensão de partida (V)	180
Tensão nominal (V)	600
Intervalo de tensão MPPT (V)	180-1000
Corrente Máxima de entrada (A)	32/32/32
Corrente máxima de curto-circuito (A)	40/40/40
Saída (CA)	
Potência nominal de saída (W)	30.000
Corrente Máxima de saída (A)	50.2
Tensão nominal da rede (V)	3/N/PE, 220V/380V, 230V/400
Faixa de tensão de saída (V)	310 - 480
Frequência nominal da rede (Hz)	50/60
Eficiência	
Eficiência máxima	98,5%
Eficiência EU	98,01%
Eficiência MPPT	>99,5%
Proteção	
Proteção contra inversão de polaridade CC	Sim
Proteção contra curto-circuito	sim
Proteção de sobrecarga de saída	sim
Proteção Contra sobretensão	CC Tipo II / CA Tipo II
Monitoramento de Rede	sim
Proteção ilhamento	Sim
Proteção de Temperatura	sim
Monitorização de strings	sim
Proteção de circuito de falha de arco CC	Sim
Interruptor CC integrado	opcional
Dados Gerais	

Faixa de temperatura ambiente de operação	-25°C~+60°C
Grau de proteção	IP66
Peso (kg)	37
Conceito de Refrigeração	refrigeração por ventilador redundante inteligente
Topologia	sem transformador
Dimensão (mm)	647*629*252
Certificados de Padrão de conexão de rede	NBR 16149, NBR 16150, IEC 62116, IEC 61000-3-4 / -5, IEC 61000-3-11/ -12
Padrão de Segurança / EMC	IEC 62109-1/ -2, IEC 61000-6-1/ -2/ -3/ -4
Características	
Conexão CC	Conectores MC4
Conexão CA	Terminal OT
Comunicação	RS485, OPcional: wi-fi, GPRS, USB

Tabela 9: Ficha técnica do inversor fotovoltaico 30,00 kW

3.4.6 – Ficha técnica do inversor indicado de 75,00 kW:

Entrada (CC)	
Máxima potência de entrada CC (Wp)	126.000
Número de MPPTs	6
Número de entradas MPPTs	12
Tensão de entrada máxima (V)	1100
Tensão de partida (V)	180
Tensão nominal (V)	600
Intervalo tensão MPPT (V)	160-1000
Corrente máxima de Entrada (A)	36/32/36/32/36/32
Corrente máxima de curto-circuito (A)	6*50
Saída (CA)	
Potência nominal (W)	75000
Corrente nominal de saída da rede(A)	114
Corrente máxima de saída (A)	114
Tensão nominal da rede (V)	3/N/PE, 220v / 380v
Frequência nominal (Hz)	60

Desempenho	
Eficiência máxima	98,7%
Eficiência EU	98,3%
Eficiência MPPT	>99,5%
Proteção	
Proteção de polaridade reversa CC	Sim
Proteção Contra Curto-circuito	sim
Proteção de sobrecarga de saída	sim
Proteção de sobretensão	CC Tipo II / CA Tipo II
Monitoramento de rede	sim
Proteção de ilhamento	Sim
Proteção de Temperatura	Sim
Monitorização de strings	Sim
Digitalização de curva I /V	Sim
Proteção de Circuito de Falha de arco CC	sim
Interruptor CC	Sim
Dados Gerais	
Faixa de temperatura ambiente operacional	-30°C~+60°C
Grau de proteção	IP66
Peso (kg)	77
Dimensão (mm)	1183*585*363
Topologia	sem transformador
Conceito de refrigeração	Refrigeração por ventilador redundante inteligente
Certificados padrão de conexão da rede	IEC 61727
Padrão de Segurança / EMC	IEC / EN 62109-1/-2, IEC/EN 61000-6-2/-4
Características	
Conexão CC	Conectores MC4
Conexão CA	Terminal OT (máximo 240mm²)
Comunicação	RS485, Opcional: Wi-fi, GPRS, PLC

Tabela 10: Ficha técnica do inversor fotovoltaico 75,00 kW

3.4.7 – Ajustes do inversor:

Os ajustes do sistema deverão ser configurados conforme os parâmetros recomendados pela norma NDU 013 da Energisa, e tabela abaixo:

Requisitos de Proteção	Parâmetros	Tempo de Atuação
Proteção de Subtensão (27)	$V < 0,8 \text{ p.u}$	0,2 s
Proteção de Sobretensão (59)	$V > 1,1 \text{ p.u}$	0,2 s
Proteção de Subfrequência (81U)	$f < 57,5 \text{ Hz}$	0,2 s
Proteção de Sobrefrequência (81O)	$f > 662 \text{ Hz}$	0,2 s
Proteção de Sobrecorrente (50/51)	Conforme Padrão de Entrada	N/A
Relé de Tempo de Reconexão (62)	180s	180s

Tabela 11 Ajustes do inversor

3.5 - Cabos e tubulações e conectores

3.5.1 - Os condutores CC deverão ser apropriados para utilização em sistemas solares, e as conexões devem ser feitas com conectores MC4. Este projeto contempla a utilização de cabo elétrico, padrão solar, cores preta e vermelha, de 6 mm²;

3.5.2 - Características dos cabos CC:

3.5.2.1 - Tipo flexível, condutor simples, composto de fios de cobre estanhado;

3.5.2.2 - Dupla isolamento, com materiais de baixa emissão de fumaça, não propagação de chamas, auto extinção de chama e ausência de halogênios;

3.5.2.3 - Tensão de isolamento CC de 1,8 kV e CA de 0,6/1 kV;

3.5.2.4 - Faixa de temperatura de operação: -40°C a 120°C;

3.5.2.5 - Resistência à intempérie e à radiação ultravioleta (UV);

3.5.2.6 - Padrão de cores: vermelha para condutor ligado ao polo positivo do sistema fotovoltaico; preta para condutor ligado ao polo negativo do sistema fotovoltaico; verde para condutor de aterramento do sistema fotovoltaico.

3.5.3 - Para os condutores do lado CA deverão ser atendidas no mínimo as exigências da norma NBR 5410. Os cabos devem possuir dupla isolação;

3.5.4 - Os condutores deverão ser protegidos por eletrodutos tanto acima quando abaixo do telhado.

3.6 - Quadros de proteção e controle CA e CC

3.6.1 - Deverão ser fornecidos módulos de interface confeccionados de material não corrosivo com as dimensões para abrigar e proteger os equipamentos CA e CC, quando necessário, tais como: DPS, disjuntores e todos os demais itens necessários;

3.6.2 - Deverão ser utilizados módulos adequados às instalações elétricas, de dimensões apropriadas para abrigar os equipamentos de proteção, controle, manobra etc.;

3.6.3 – Cada inversor deve ter um quadro de proteção CA e também para proteção CC uma *Stringbox* ou alguma proteção interna ao inversor equivalente;

3.6.3 – Para cada MPPT do inversor, no caso de uso de *stringbox* externa, a mesma deve possuir 1 Dispositivos de Proteção contra Surto (DPS), de 1000 V (DC), 40 kA, Classe II. Os DPS devem possuir sinalização local, para indicação do estado de operação - SERVIÇO/DEFEITO -, por meio de bandeirola verde/vermelha ou outro dispositivo assemelhado;

3.6.4 – A caixa de proteção CA deve conter dispositivos de proteção e seccionamento, aplicado para a conexão dos inversores com a rede da concessionária em paralelo. A caixa de junção deve conter os seguintes materiais:

3.6.4.1 – Caixa de proteção, com grau de proteção IP 65; Material: termoplástico, resistente a intempéries e radiação UV;

3.6.4.2 – Trilho metálico zincado, no padrão DIN, para fixação dos componentes;

3.6.4.3 – Dispositivos de Proteção contra Surto (DPS) para cada fase e neutro, de 275 V (AC), 40 kA, Classe II, com sinalização local, para indicação do estado de operação -SERVIÇO/DEFEITO -, por meio de bandeirola verde/vermelha ou outro dispositivo assemelhado;

3.6.4.4 – Disjuntores tripolares padrão, compatível com trilho;

3.6.4.5 – Os disjuntores tripolares CA, de comando frontal devem atender os requisitos do fabricante do inversor, bem como as normas NBR IEC 90947-2:2013 e NBR 5410:2008.

3.7 - Sistema de aterramento

3.7.1 - O sistema de aterramento deverá ser projetado e instalado em conformidade com os padrões e normas técnicas da Distribuidora ENERGISA PARAÍBA, assim como a NBR 5410, garantindo a segurança pessoal e a proteção dos equipamentos contra surtos elétricos e descargas atmosféricas.

3.7.2 - O projeto do sistema de aterramento deve ser validado por um engenheiro eletricista qualificado, assegurando que todos os componentes do sistema fotovoltaico e de bombeamento estejam adequadamente aterrados.

3.7.3 - O sistema de aterramento deve incluir eletrodos de aterramento, condutores, conectores e outros acessórios resistentes à corrosão e adequados para as condições do solo local.

3.7.4 - Todos os componentes metálicos não energizados e a carcaça dos equipamentos elétricos devem ser conectados ao sistema de aterramento para evitar diferenças de potencial que possam causar choques elétricos.

3.7.5 - O sistema de aterramento deve ser projetado para facilitar manutenções periódicas e verificações de integridade, assegurando sua funcionalidade ao longo do tempo.

3.8 - Sistema de monitoramento – via web e dispositivo móvel

3.8.1 - O sistema de monitoramento deverá coletar e monitorar todos os dados do sistema fotovoltaico, possibilitando análise em tempo real da performance de geração de energia;

3.8.2 - Ficará a cargo da CONTRATADA o fornecimento de todos os equipamentos necessários para conexão do sistema com a rede da CONTRATANTE, desde que, a CONTRATANTE disponibilize internet de qualidade e seguindo os requisitos de cada inversor para conexão.

4. NORMAS TÉCNICAS QUE DEVEM SER ATENDIDAS

4.1 - Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional PRODIST, seção 3.7 do módulo 3;

4.2 - Resoluções Normativas da ANEEL referentes a instalação de sistemas fotovoltaicos;

4.3 - Leis, Decretos e Resoluções do Sistema CONFEA/CREA;

4.4 - NDU 001 - Fornecimento de Energia Elétrica em Tensão Secundária a Consumo e NDU 013 - Critérios para a Conexão de Acessantes de Geração Distribuída da ENERGISA PARAÍBA;

4.5 - Normas Brasileiras ABNT NBR 5410, 5419, 16149, 10899, 16274, 16150, IEC 62116, 16149:2013, NBR 16150;

4.6 - Norma Internacional IEC 61215;

4.7 - NR 10 – Segurança em instalações e Serviços em Eletricidade;

4.8 - NR 35 – Trabalho em Altura;

4.9 - NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI;

4.10 - NBR 16149 – Sistemas fotovoltaicos (FV) – Características da interface de conexão com a rede elétrica;

4.11 – Lei 14.300.

4.12 – REN 100

5. ORÇAMENTOS

5.1. CENTRO MUNICIPAL DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO EDUCACIONAL AGRIPINO NETO

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	MÓDULO FOTOVOLTAICO 585W	und	68	R\$ 1.460,71	R\$ 99.328,28
2	INVERSOR 30,00 kW Trifásico 380v	und	1	R\$ 22.320,00	R\$ 22.320,00
3	CABO SOLAR 6MM PRETO E VERMELHO	m	400	R\$ 8,99	R\$ 3.596,00
4	KIT SUPORTE PARA TELHADO COM PARAFUSO ESTRUTURAL	und	18	R\$ 632,40	R\$ 11.383,20
5	CONECTOR FEMEA/MACHO TIPO MC4	und	20	R\$ 12,41	R\$ 248,20
6	PROJETO ELÉTRICO COM ART E APROVAÇÃO PELA CONCESSIONÁRIA	und	1	R\$ 4.750,00	R\$ 4.750,00
7	PLACA DE ADVERTÊNCIA	und	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00
8	SISTEMA DE ATERRAMENTO	und	1	R\$ 499,51	R\$ 499,51
9	KIT DE LIGAÇÃO CA CONTENDO CABOS E QUADRO DE PROTEÇÃO	und	1	R\$ 3.058,20	R\$ 3.058,20
10	FRETE	und	1	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
11	MÃO DE OBRA	und	1	R\$ 9.198,40	R\$ 9.198,40

VALOR TOTAL DA INFRAESTRUTURA SEM BDI:	R\$ 36.258,51
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS SEM BDI:	R\$ 121.648,28
VALOR TOTAL SEM BDI:	R\$ 157.906,79

VALOR TOTAL DA INFRAESTRUTURA COM BDI(15%):	R\$ 41.697,28
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS COM BDI (15%):	R\$ 139.895,52
VALOR TOTAL COM BDI (15%):	R\$ 181.592,80

Tabela 12: Orçamento da CENTRO MUNICIPAL DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO EDUCACIONAL AGRIPINO NETO

5.2. ESCOLA MUNICIPAL MARIA LÚCIA MATIAS DE OLIVEIRA

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	MÓDULO FOTOVOLTAICO 585W	und	68	R\$ 1.460,71	R\$ 99.328,28
2	INVERSOR 30,00 kW Trifásico 380V	und	1	R\$ 22.320,00	R\$ 22.320,00
3	CABO SOLAR 6MM PRETO E VERMELHO	m	400	R\$ 8,99	R\$ 3.596,00
4	KIT SUPORTE PARA TELHADO COM PARAFUSO ESTRUTURAL	und	18	R\$ 632,40	R\$ 11.383,20
5	CONECTOR FEMEA/MACHO TIPO MC4	und	20	R\$ 12,41	R\$ 248,20
6	PROJETO ELÉTRICO COM ART E APROVAÇÃO PELA CONCESSIONÁRIA	und	1	R\$ 4.750,00	R\$ 4.750,00
7	PLACA DE ADVERTÊNCIA	und	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00
8	SISTEMA DE ATERRAMENTO	und	1	R\$ 499,51	R\$ 499,51
9	KIT DE LIGAÇÃO CA CONTENDO CABOS E QUADRO DE PROTEÇÃO	und	1	R\$ 3.058,20	R\$ 3.058,20
10	FRETE	und	1	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
11	MÃO DE OBRA	und	1	R\$ 9.198,40	R\$ 9.198,40

VALOR TOTAL DA INFRAESTRUTURA SEM BDI:	R\$ 36.258,51
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS SEM BDI:	R\$ 121.648,28
VALOR TOTAL SEM BDI:	R\$ 157.906,79

VALOR TOTAL DA INFRAESTRUTURA COM BDI(15%):	R\$ 41.697,28
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS COM BDI (15%):	R\$ 139.895,52
VALOR TOTAL COM BDI (15%):	R\$ 181.592,80

Tabela 13: Orçamento da ESCOLA MUNICIPAL MARIA LÚCIA MATIAS DE OLIVEIRA

5.3. ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ ANA DE NAZARÉ

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	MÓDULO FOTOVOLTAICO 585W	und	68	R\$ 1.460,71	R\$ 99.328,28
2	INVERSOR 30,00 kW Trifásico 380v	und	1	R\$ 22.320,00	R\$ 22.320,00
3	CABO SOLAR 6MM PRETO E VERMELHO	m	400	R\$ 8,99	R\$ 3.596,00
4	KIT SUPORTE PARA TELHADO COM PARAFUSO ESTRUTURAL	und	18	R\$ 632,40	R\$ 11.383,20
5	CONECTOR FEMEA/MACHO TIPO MC4	und	20	R\$ 12,41	R\$ 248,20
6	PROJETO ELÉTRICO COM ART E APROVAÇÃO PELA CONCESSIONÁRIA	und	1	R\$ 4.750,00	R\$ 4.750,00
7	PLACA DE ADVERTÊNCIA	und	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00
8	SISTEMA DE ATERRAMENTO	und	1	R\$ 499,51	R\$ 499,51
9	KIT DE LIGAÇÃO CA CONTENDO CABOS E QUADRO DE PROTEÇÃO	und	1	R\$ 3.058,20	R\$ 3.058,20
10	FRETE	und	1	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
11	MÃO DE OBRA	und	1	R\$ 9.198,40	R\$ 9.198,40

VALOR TOTAL DA INFRAESTRUTURA SEM BDI:	R\$ 36.258,51
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS SEM BDI:	R\$ 121.648,28
VALOR TOTAL SEM BDI:	R\$ 157.906,79

VALOR TOTAL DA INFRAESTRUTURA COM BDI(15%):	R\$ 41.697,28
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS COM BDI (15%):	R\$ 139.895,52
VALOR TOTAL COM BDI (15%):	R\$ 181.592,80

Tabela 14: Orçamento da ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ ANA DE NAZARÉ

5.4. CRECHE MUNICIPAL MARIVALDO CASTELO BRANCO

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	MÓDULO FOTOVOLTAICO 585W	und	68	R\$ 1.460,71	R\$ 99.328,28
2	INVERSOR 30,00 kW Trifásico 380v	und	1	R\$ 22.320,00	R\$ 22.320,00
3	CABO SOLAR 6MM PRETO E VERMELHO	m	400	R\$ 8,99	R\$ 3.596,00
4	KIT SUPORTE PARA TELHADO COM PARAFUSO ESTRUTURAL	und	18	R\$ 632,40	R\$ 11.383,20
5	CONECTOR FEMEA/MACHO TIPO MC4	und	20	R\$ 12,41	R\$ 248,20
6	PROJETO ELÉTRICO COM ART E APROVAÇÃO PELA CONCESSIONÁRIA	und	1	R\$ 4.750,00	R\$ 4.750,00
7	PLACA DE ADVERTÊNCIA	und	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00
8	SISTEMA DE ATERRAMENTO	und	1	R\$ 499,51	R\$ 499,51
9	KIT DE LIGAÇÃO CA CONTENDO CABOS E QUADRO DE PROTEÇÃO	und	1	R\$ 3.058,20	R\$ 3.058,20
10	FRETE	und	1	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
11	MÃO DE OBRA	und	1	R\$ 9.198,40	R\$ 9.198,40

VALOR TOTAL DA INFRAESTRUTURA SEM BDI:	R\$ 36.258,51
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS SEM BDI:	R\$ 121.648,28
VALOR TOTAL SEM BDI:	R\$ 157.906,79

VALOR TOTAL DA INFRAESTRUTURA COM BDI(15%):	R\$ 41.697,28
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS COM BDI (15%):	R\$ 139.895,52
VALOR TOTAL COM BDI (15%):	R\$ 181.592,80

Tabela 15: Orçamento da CRECHE MARIVALDO CASTELO BRANCO

5.5. ESCOLA MUNICIPAL JUVINA DE OLIVEIRA MONTEIRO

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	MÓDULO FOTOVOLTAICO 585W	und	68	R\$ 1.460,71	R\$ 99.328,28
2	INVERSOR 30,00 kW Trifásico 380v	und	1	R\$ 22.320,00	R\$ 22.320,00
3	CABO SOLAR 6MM PRETO E VERMELHO	m	400	R\$ 8,99	R\$ 3.596,00
4	KIT SUPORTE PARA TELHADO COM PARAFUSO ESTRUTURAL	und	18	R\$ 632,40	R\$ 11.383,20
5	CONECTOR FEMEA/MACHO TIPO MC4	und	20	R\$ 12,41	R\$ 248,20
6	PROJETO ELÉTRICO COM ART E APROVAÇÃO PELA CONCESSIONÁRIA	und	1	R\$ 4.750,00	R\$ 4.750,00
7	PLACA DE ADVERTÊNCIA	und	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00
8	SISTEMA DE ATERRAMENTO	und	1	R\$ 499,51	R\$ 499,51
9	KIT DE LIGAÇÃO CA CONTENDO CABOS E QUADRO DE PROTEÇÃO	und	1	R\$ 3.058,20	R\$ 3.058,20
10	FRETE	und	1	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
11	MÃO DE OBRA	und	1	R\$ 9.198,40	R\$ 9.198,40

VALOR TOTAL DA INFRAESTRUTURA SEM BDI:	R\$ 36.258,51
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS SEM BDI:	R\$ 121.648,28
VALOR TOTAL SEM BDI:	R\$ 157.906,79

VALOR TOTAL DA INFRAESTRUTURA COM BDI(15%):	R\$ 41.697,28
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS COM BDI (15%):	R\$ 139.895,52
VALOR TOTAL COM BDI (15%):	R\$ 181.592,80

Tabela 16: Orçamento da ESCOLA MUNICIPAL JUVINA DE OLIVEIRA MONTEIRO

5.6. ESCOLA MUNICIPAL PROF. LUIZ GONZAGA BURITY

ITEM	PRODUTO	UND	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	MÓDULO FOTOVOLTAICO 585W	und	204	R\$ 1.460,71	R\$ 297.984,84
2	INVERSOR 75,00 KW Trifásico 380v	und	1	R\$ 32.450,00	R\$ 32.450,00
3	CABO SOLAR 6MM PRETO E VERMELHO	m	1000	R\$ 8,99	R\$ 8.990,00
4	KIT SUPORTE PARA TELHADO COM PARAFUSO ESTRUTURAL	und	52	R\$ 632,40	R\$ 32.884,80
5	CONECTOR FEMEA/MACHO TIPO MC4	und	60	R\$ 12,41	R\$ 740,60
6	PROJETO ELÉTRICO COM ART/TRT E APROVAÇÃO PELA CONCESSIONÁRIA	und	1	R\$ 9.500,00	R\$ 9.500,00
7	PLACA DE ADVERTÊNCIA	und	1	R\$ 25,00	R\$ 25,00
8	SISTEMA DE ATERRAMENTO	und	1	R\$ 499,51	R\$ 499,51
9	KIT DE LIGAÇÃO CA CONTENDO CABOS E QUADRO DE PROTEÇÃO	und	1	R\$ 13.500,00	R\$ 13.500,00
10	FRETE	und	1	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
11	MÃO DE OBRA	und	1	R\$ 27.595,08	R\$ 27.595,08

VALOR TOTAL DA INFRAESTRUTURA SEM BDI:	R\$ 101.734,99
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS SEM BDI:	R\$ 330.434,84
VALOR TOTAL SEM BDI:	R\$ 432.169,83

VALOR TOTAL DA INFRAESTRUTURA COM BDI (15%):	R\$ 116.995,23
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS COM BDI (15%):	R\$ 380.000,06
VALOR TOTAL COM BDI (15%):	R\$ 496.995,29

Tabela 17: Orçamento da ESCOLA MUNICIPAL PROF. LUIZ GONZAGA BURITY

5.7. ORÇAMENTO TOTAL

ITEM	LOCAL	PREÇO SEM BDI	PREÇO COM BDI
1	CENTRO MUNICIPAL DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO EDUCACIONAL AGRIPINO NETO	R\$ 157.906,79	R\$ 181.592,80
2	ESCOLA MUNICIPAL MARIA LÚCIA MATIAS DE OLIVEIRA	R\$ 157.906,79	R\$ 181.592,80
3	ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ ANA DE NAZARÉ	R\$ 157.906,79	R\$ 181.592,80
4	CRECHE MUNICIPAL MARIVALDO CASTELO BRANCO	R\$ 157.906,79	R\$ 181.592,80
5	ESCOLA MUNICIPAL JUVINA DE OLIVEIRA MONTEIRO	R\$ 157.906,79	R\$ 181.592,80
6	ESCOLA MUNICIPAL PROF. LUIZ GONZAGA BURITY	R\$ 432.169,83	R\$ 496.995,29
PREÇO TOTAL:		R\$1.221.703,78	R\$ 1.404.959,29

Tabela 18: Orçamento total

**PLANTA DE SITUAÇÃO, DIAGRAMAS UNIFILARES
E DOCUMENTO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**



Conselho Regional dos Técnicos Industriais 03

INICIAL

1. Responsável Técnico(a)

CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA

Título profissional: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

Registro: 09467101475

2. Contratante

Contratante: Prefeitura Municipal de soledade

CPF/CNPJ: 08.919.425/0001-00

Logradouro: RUA Rua jose francisco de araujo

Nº: 62

Complemento:

Bairro: centro

Cidade: SOLEDADE

UF: PB

CEP: 58155000

País: Brasil

Telefone:

Email:

Contrato: Não especificado

Celebrado em: 09/09/2024

Valor: R\$ 4.500,00

Tipo de contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO

Ação Institucional: NENHUM

3. Dados da Obra/Serviço

Logradouro: RUA Rua jose das Chagas de brito

Nº: s/n

Complemento:

Bairro: centro

Cidade: SOLEDADE

UF: PB

CEP: 58155000

Telefone:

Email:

Coordenadas Geográficas: Latitude: -7.057904 Longitude: -36.365158

Data de Início: 01/10/2024

Previsão de término: 31/12/2024

Finalidade: SEM DEFINIÇÃO

Proprietário(a): Prefeitura Municipal de soledade

CPF/CNPJ: 08.919.425/0001-00

4. Atividade Técnica

13 - PROJETO

Quantidade

Unidade

96 - ELABORAÇÃO > CFT -> OBRAS E SERVIÇOS - ELÉTRICA -> ELETROTÉCNICA APLICADA

318,240

kWp

-> GERAÇÃO DE ENERGIA -> #1789 - SOLAR FOTOVOLTAICA

Após a conclusão das atividades técnicas o(a) profissional deverá proceder a baixa deste TRT

5. Observações

Elaboração de Projeto Fotovoltaico com uma Potência total 318,24kWp distribuído em 6 unidades geradoras. Centro Municipal Agripino neto 39,78 kWp, Escola municipal Maria Lucia matias de Oliveira 39,78kWp, Escola Municipal Irmã ana de Nazare 39,78 kWp, Creche municipal marivaldo castelo branco 39,78kWp, Escola juvina de oliveira monteiro 39,78 kWp, Escola M. Prof. Luiz G. Burity 119,34 kWp

6. Informações Adicionais

Valor do TRT: R\$ 62,57

Pago em: 12/09/2024

Boleto: 8242965671

Registrada em: 12/09/2024

7. Assinaturas

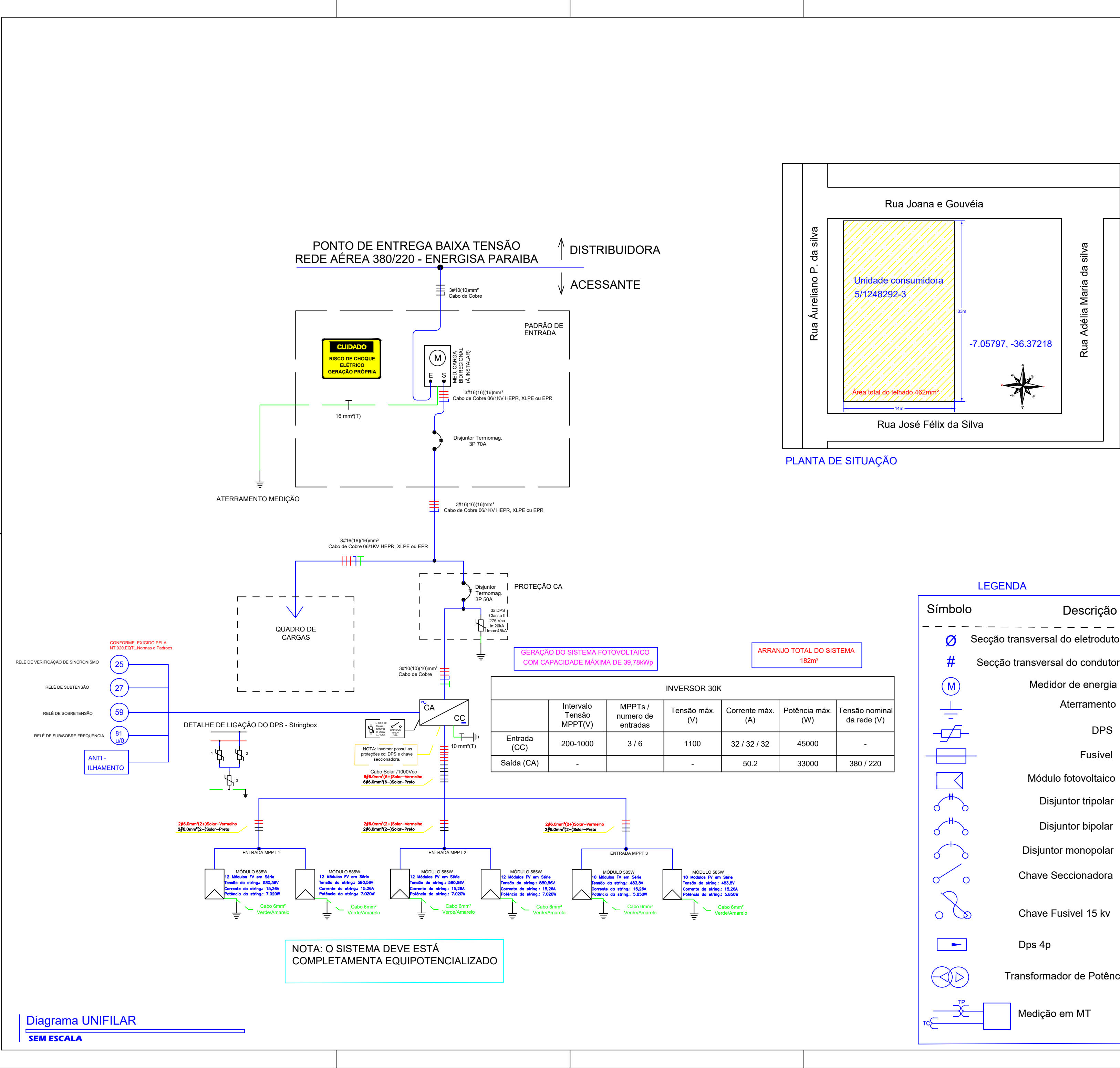
Declaro serem verdadeiras as informações acima

Responsável Técnico: CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA
CPF: 094.671.014-75

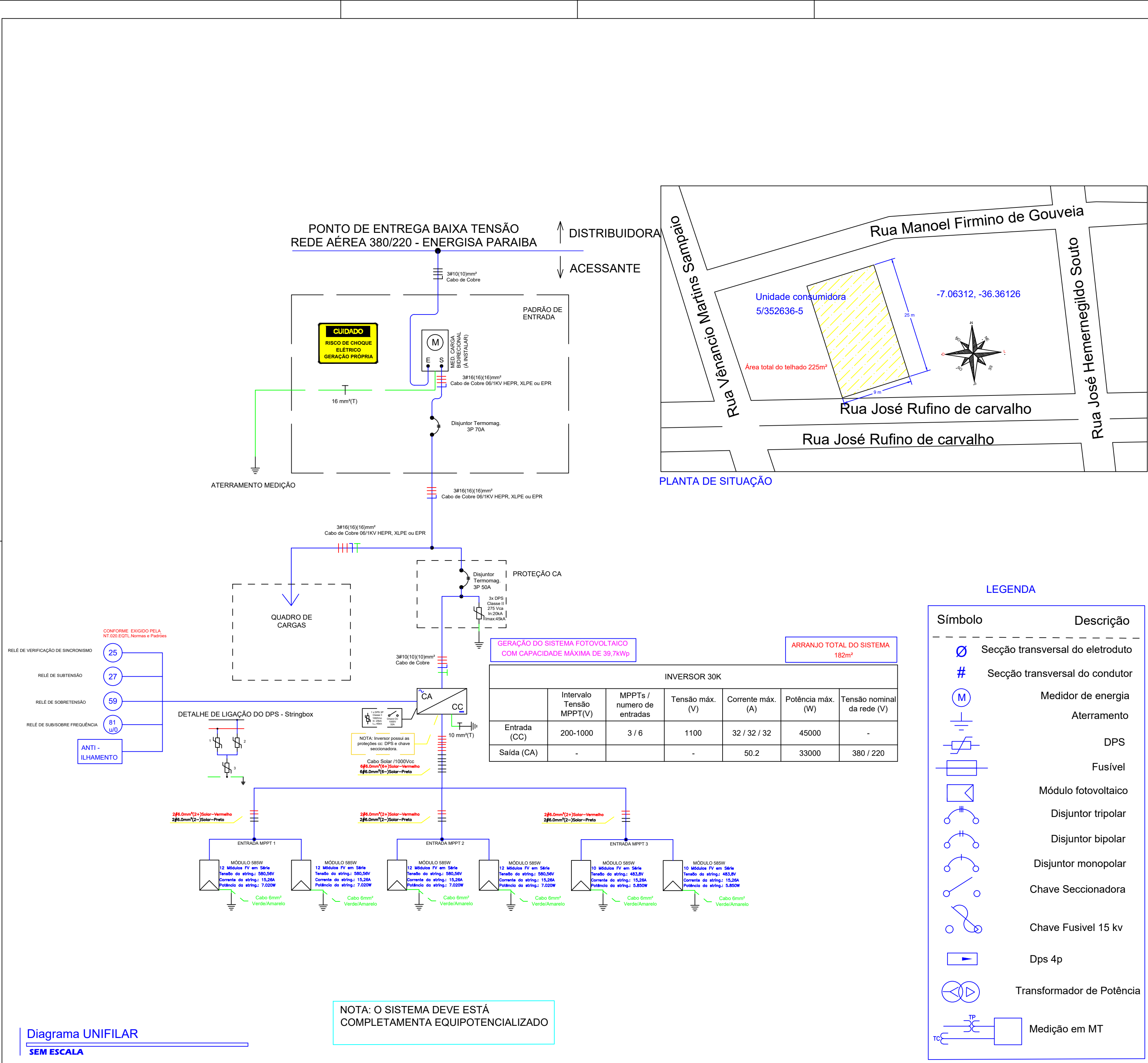
Contratante: Prefeitura Municipal de soledade
CNPJ: 08.919.425/0001-00

Documento assinado digitalmente
gov.br CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA
Data: 15/09/2024 23:41:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>





NOTAS OBRIGATÓRIAS		
<div>1. O inversor será instalado em local de fácil acesso;</div> <div>2. Somente deverá injetar energia na rede elétrica após a instalação do medidor bidirecional por parte da Energisa;</div> <div>3. O padrão de entrada de energia está em condições técnicas e de conservação próprias para a instalação do medidor de energia;</div> <div>4. As instalações serão executadas de acordo com a NDU001, NDU0013 da energisa, NBR-5410 e 14039 da ABNT;</div> <div>5. Todos os disjuntores serão certificados pelo INMETRO;</div> <div>6. A aprovação da vistoria pela Energisa, referente a obra deste projeto, fica condicionada a apresentação da ART/TRT (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução visada no ÓRGÃO da localidade;</div> <div>7. A placa de advertência deverá ser confeccionada em PVC/acrílico com espessura mínima de 1mm</div>		
Observações		
<div>1 - Aterramento instalado em linha com 3 metros entre hastes, interligadas por cabo de cobre nú de 16 mm</div> <div>2 - Inversor instalado em pavimento terreo, a 1,5m do piso acabado</div> <div>3 - Inversor 30K</div> <div>4 - 68 Módulos 585W</div> <div>5 - A placa de Advertência deve ser instalada junto ao medidor do padrão de entrada</div>		
BREVE DESCRITIVO DO EMPREENDIMENTO		
<div>O projeto prevê a instalação na UC 5/1248292-3 um sistema de energia solar fotovoltaica conectado ao sistema de distribuição de BT da Energisa para acesso a microgeração, com potência de Geração instalada 39,78KWp</div>		
LEGENDA E ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS		
DADOS DO PROJETO:		
Endereço: RUA JOANA E GOUVEIA		
Cidade / Setor: SOLEDADE-PB		
Proprietário: MUNICIPIO SOLEDADE / CENTRO MUNICIPAL AGRIPINO NETO		
Resp. Técnico: CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA Contato: (83) 999432991		
Coordenadas Geográficas (UTM): X: -36.37218 Y: -7.05797		
<div>Documento assinado digitalmente</div> <div>gov.br CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA</div> <div>Data: 15/09/2024 23:41:13-0300</div> <div>Verifique em https://validar.jf.gov.br</div>		
Resp. Técnico: 09467101475 REGISTRO CFT		
<div>TEODOZIOELETRO</div> <div>PROJETOS ELÉTRICOS</div>		
PROJETO DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO		Nº 01
DIAGRAMA UNIFILAR E PLANTA DE SITUAÇÃO		01/06
Projetista: CARLOS	Data Completa: 13/09/2024	Escala: SEM



NOTAS OBRIGATÓRIAS

1. O inversor será instalado em local de fácil acesso;

2. Somente deverá injetar energia na rede elétrica após a instalação do medidor bidirecional por parte da Energisa;

3. O padrão de entrada de energia está em condições técnicas e de conservação próprias para a instalação do medidor de energia;

4. As instalações serão executadas de acordo com a NDU001, NDU0013 da energisa, NBR-5410 e 14039 da ABNT;

5. Todos os disjuntores serão certificados pelo IMETRO;

6. A aprovação da vistoria pela Energisa, referente a obra deste projeto, fica condicionada a apresentação da ART/TRT (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução visada no ÓRGÃO da localidade;

7. A placa de advertência deverá ser confeccionada em PVC/acrílico com espessura mínima de 1mm

Observações

1 - Aterramento instalado em linha com 3 metros entre hastes, interligadas por cabo de cobre nú de 16 mm

2 - Inversor instalado em pavimento terreo, a 1,5m do piso acabado

3 - Inversor 30K

4 - 68 Módulos 585W

5 - A placa de Advertência deve ser instalado junto ao medidor do padrão de entrada

BREVE DESCRITIVO DO EMPREENDIMENTO

O projeto prevê a instalação na UC 5/352636-5 um sistema de energia solar fotovoltaica conectado ao sistema de distribuição de BT da Energisa para acesso a microgeração, com potência de Geração instalada 39,78KWp

LEGENDA E ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

DADOS DO PROJETO:

Endereço: RUA VENANCIO MARTINS SAMPAIO 67

Cidade / Setor: SOLEDADE-PB

Proprietário: MUNICIPIO SOLEDADE / ESCOLA MUNICIPAL MARIA LUCIA MATIAS OLIVEIRA

Resp. Técnico: CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA Contato: (83) 999432991

Coordenadas Geográficas (UTM): X: -36.36126 Y: -7.06312

Documento assinado digitalmente
CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA
Data: 15/09/2024 23:41:13-0300
Verifique em https://validar.it.gov.br

Resp. Técnico: 09467101475 REGISTRO CFT

PROJETO DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO

Nº 02

DIAGRAMA UNIFILAR E PLANTA DE SITUAÇÃO

02/06

Projetista: CARLOS

Data Completa: 13/09/2024

Escala: SEM

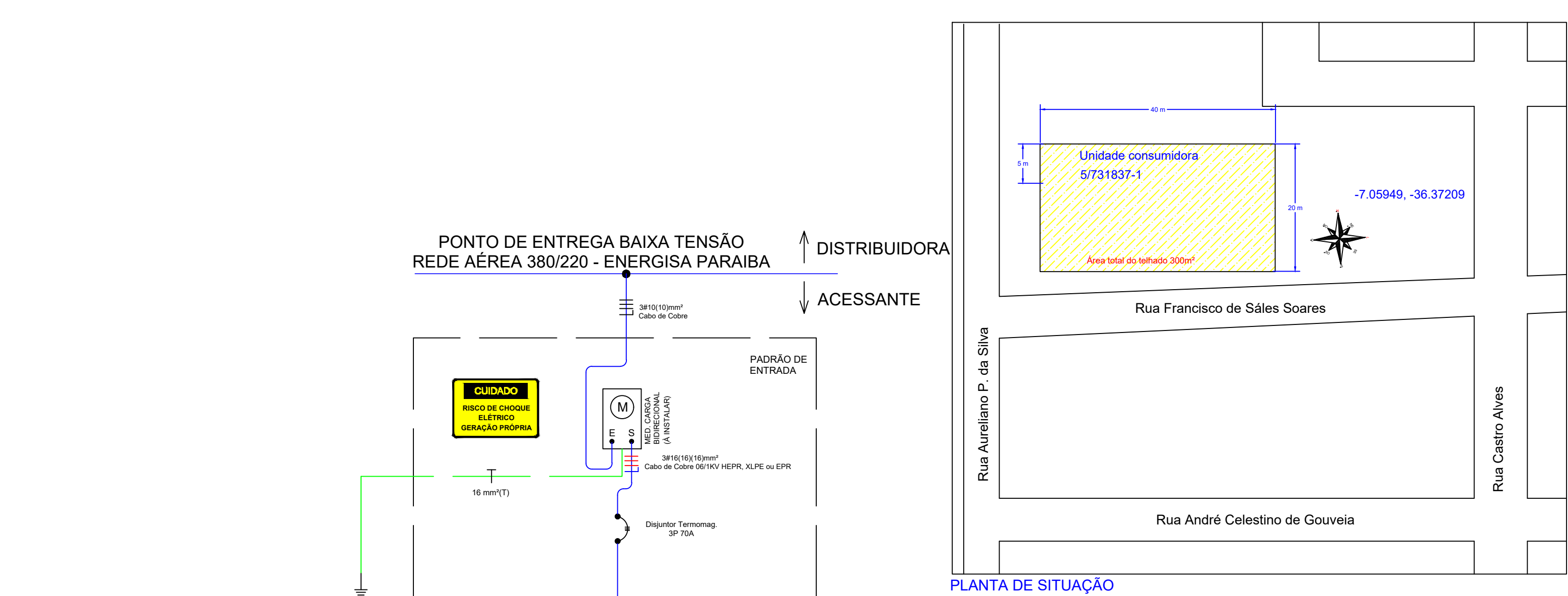


Diagrama UNIFILAR
SEM ESCALA

NOTAS OBRIGATÓRIAS

- O Inversor será instalado em local de fácil acesso;
- Somente deverá injetar energia na rede elétrica após a instalação do medidor bidirecional por parte da Energisa;
- O padrão de entrada de energia está em condições técnicas e de conservação próprias para a instalação do medidor de energia;
- As instalações serão executadas de acordo com a NUD001, NDU0013 da energisa, NBR-5410 e 14039 da ABNT;
- Todos os disjuntores serão certificados pelo IMETRO;
- A aprovação da vistoria pela Energisa, referente a obra deste projeto, fica condicionada a apresentação da ART/TRT (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução visada no ORGÃO da localidade;
- A placa de advertência deverá ser confeccionada em PVC/acrílico com espessura mínima de 1mm

Observações

- Aterramento instalado em linha com 3 metros entre hastes, interligadas por cabo de cobre nú de 16 mm
- Inversor instalado em pavimento terreo, a 1,5m do piso acabado
- Inversor 30K
- 68 Módulos 585W
- A placa de Advertência deve ser instalado junto ao medidor do padrão de entrada

BREVE DESCRITIVO DO EMPREENDIMENTO

O projeto prevê a instalação na UC 5/731837-1 um sistema de energia solar fotovoltaica conectado ao sistema de distribuição de BT da Energisa para acesso a microgeração, com potência de Geração instalada 39,78KWp

LEGENDA E ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

LEGENDA

Símbolo	Descrição
	Secção transversal do eletroduto
	Secção transversal do condutor
	Medidor de energia
	Aterramento
	DPS
	Fusível
	Módulo fotovoltaico
	Disjuntor tripolar
	Disjuntor bipolar
	Disjuntor monopolar
	Chave Seccionadora
	Chave Fusível 15 kv
	Dps 4p
	Transformador de Potência
	Medição em MT

DADOS DO PROJETO:

Endereço: RUA FRANCISCO SALES SOARES

Cidade / Setor: SOLEDADE-PB

Proprietário: MUNICIPIO SOLEDADE / CRECHE MARIVALDO CASTELO BRANCO

Resp. Técnico: CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA Contato: (83) 999432991

Coordenadas Geográficas (UTM):

X: -36.37209 Y: -7.05949

Documento assinado digitalmente
CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA
Data: 15/09/2024 23:41:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Resp. Técnico: 09467101475 REGISTRO CFT



PROJETO DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO

Nº 04

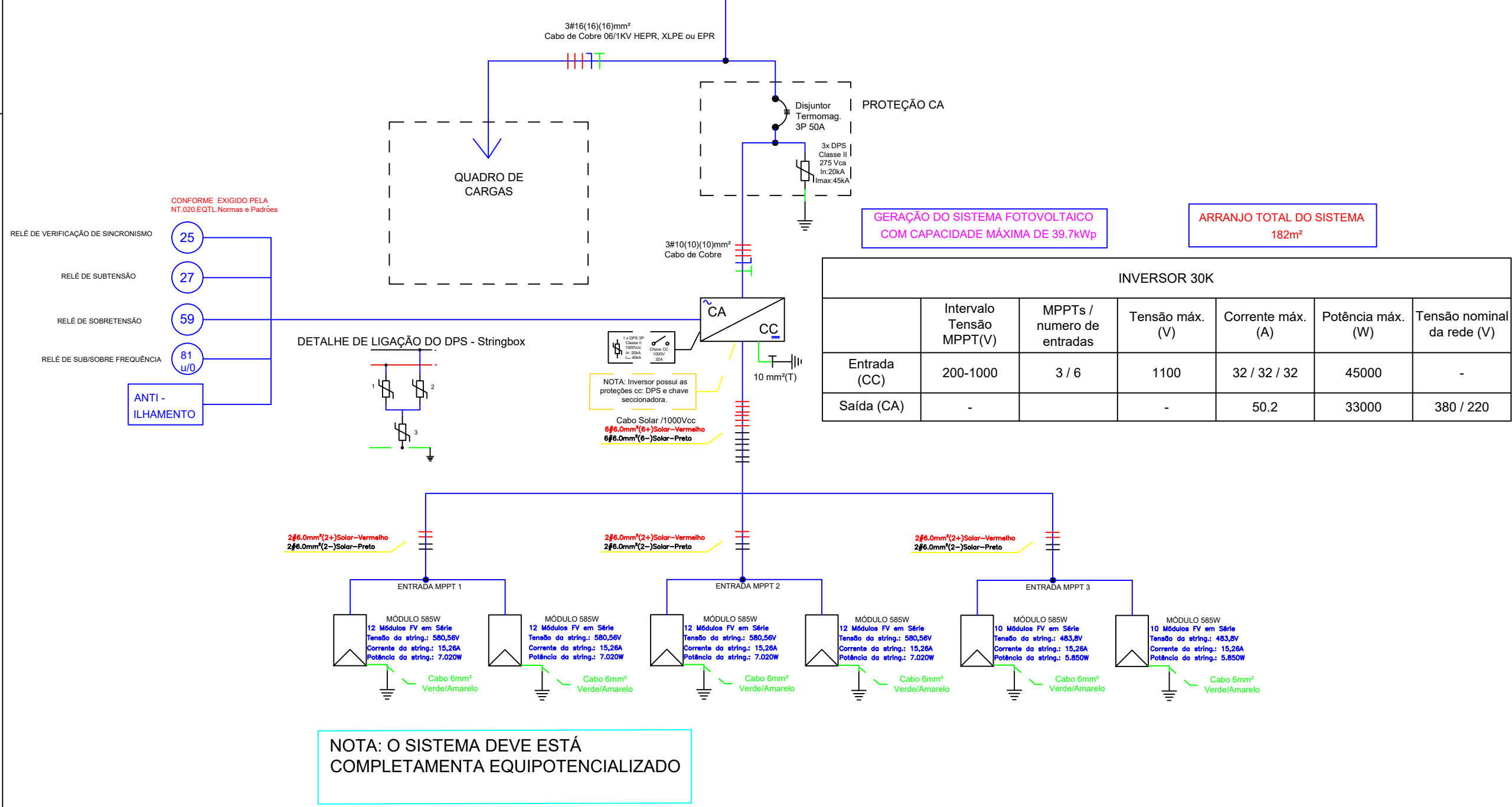
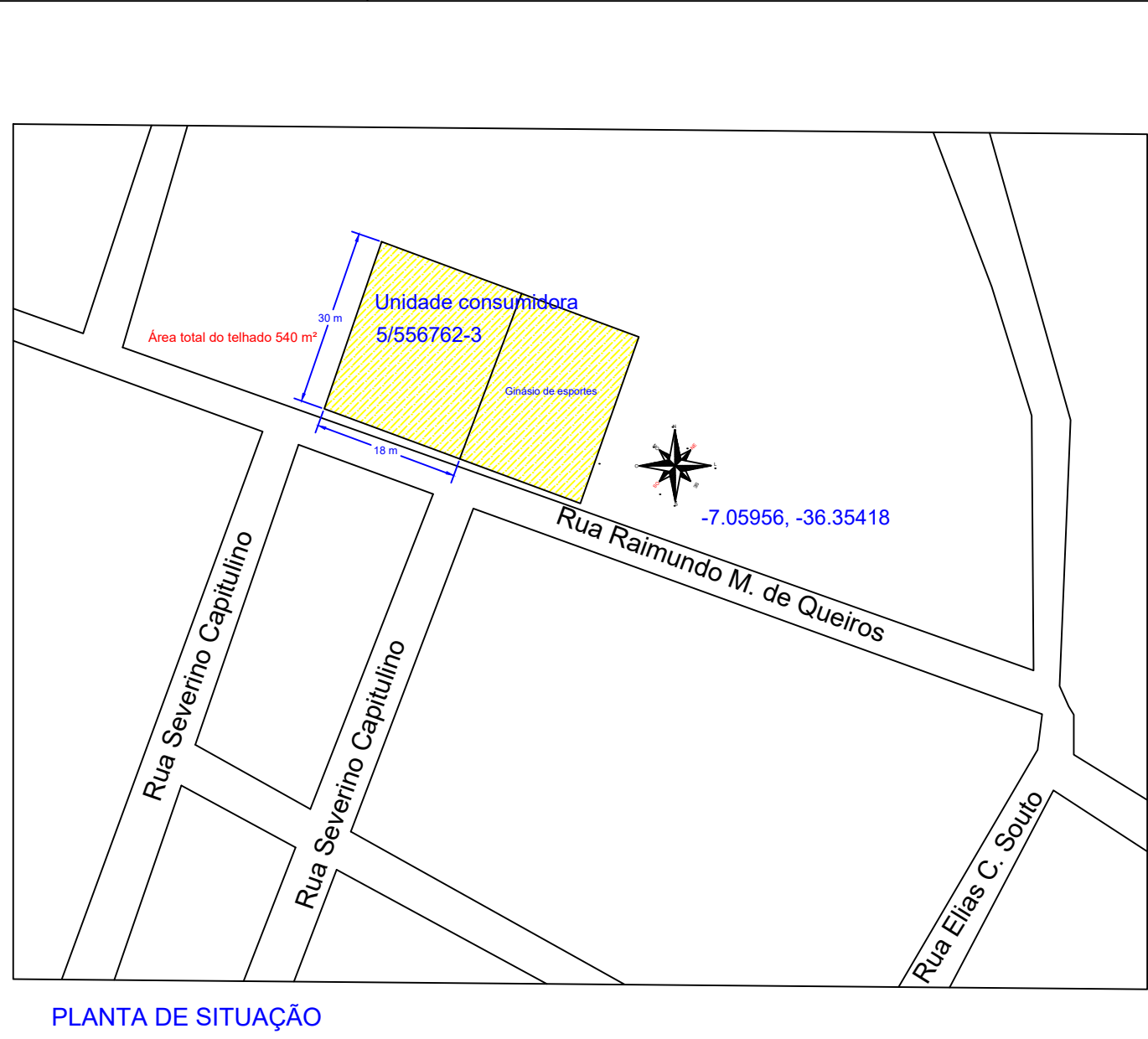
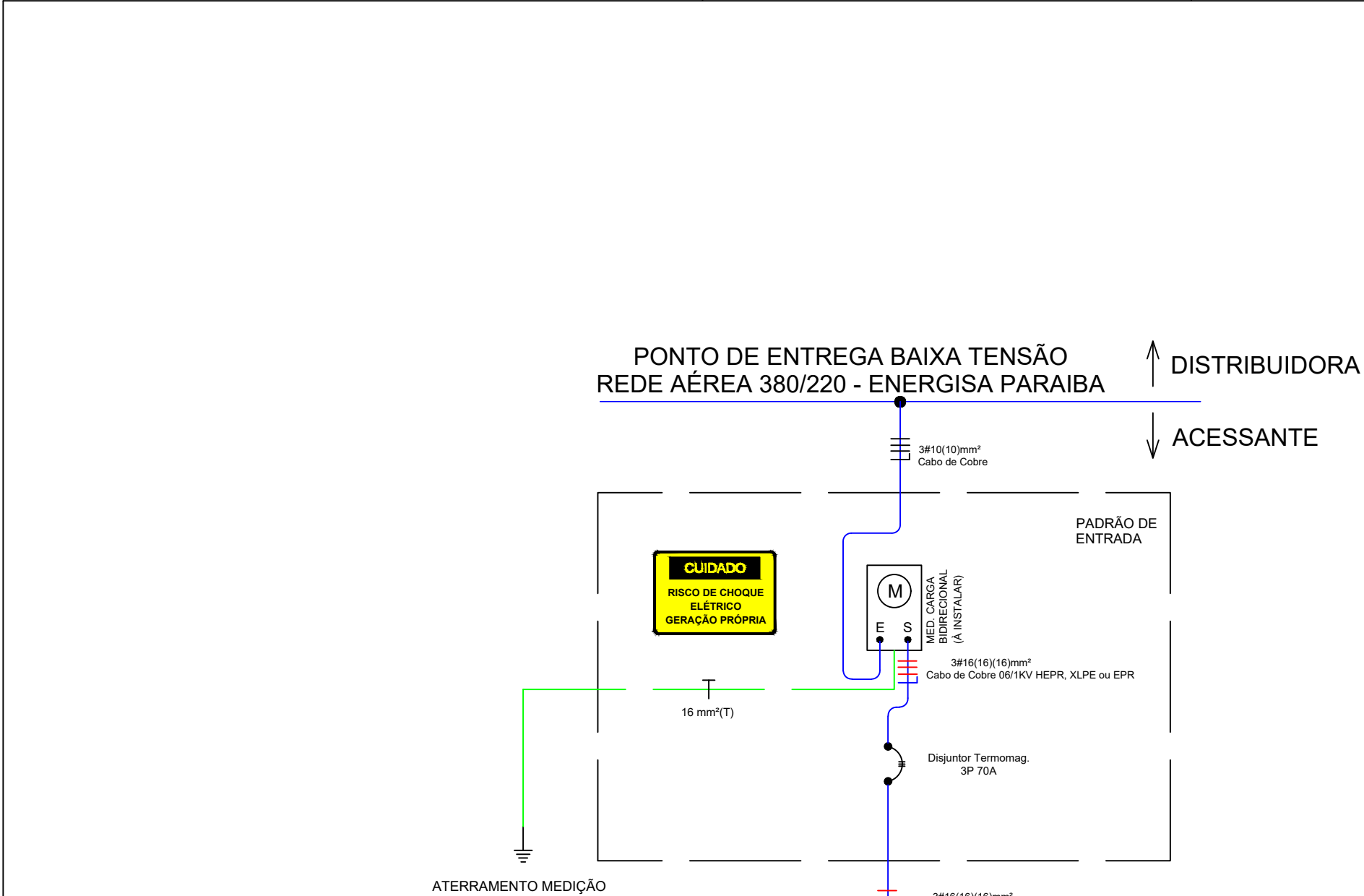
DIAGRAMA UNIFILAR E
PLANTA DE SITUAÇÃO

04/06

Projetista: CARLOS

Data Completa: 13/09/2024

Escala: SEM



NOTAS OBRIGATÓRIAS

1. O inversor será instalado em local de fácil acesso;

2. Somente deverá injetar energia na rede elétrica após a instalação do medidor bidirecional por parte da Energisa;

3. O padrão de entrada de energia está em condições técnicas e de conservação próprias para a instalação do medidor de energia;

4. As instalações serão executadas de acordo com a NDU001, NDU0013 da energisa, NBR-5410 e 14039 da ABNT;

5. Todos os disjuntores serão certificados pelo IMETRO;

6. A aprovação da vistoria pela Energisa, referente a obra deste projeto, fica condicionada a apresentação da ART/TRT (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução visada no ORGAO da localidade;

7. A placa de advertência deverá ser confeccionada em PVC/acrílico com espessura mínima de 1mm

Observações

1 - Aterramento instalado em linha com 3 metros entre hastes, interligadas por cabo de cobre nú de 16 mm

2 - Inversor instalado em pavimento terreo, a 1,5m do piso acabado

3 - Inversor 30K

4 - 68 Módulos 585W

5 - A placa de Advertência deve ser instalado junto ao medidor do padrão de entrada

BREVE DESCRITIVO DO EMPREENDIMENTO

O projeto prevê a Instalação na UC 5/556762-3 um sistema de energia solar fotovoltaica conectado ao sistema de distribuição de BT da Energisa para acesso a microgeração, com potência de Geração instalada 39,78KWp

LEGENDA E ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

DADOS DO PROJETO:

Endereço: RUA RAIMUNDA M. DE QUEIROZ

Cidade / Setor: SOLEDADE-PB

Proprietário: MUNICIPIO SOLEDADE / ESCOLA MUNICIPAL JUVINA DE OLIVEIRA MONTEIRO

Resp. Técnico: CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA Contato: (83) 999432991

Coordenadas Geográficas (UTM): X: -36.35418 Y: -7.05956

Documento assinado digitalmente

gov.br

CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA

Data: 15/09/2024 23:44:20-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Resp. Técnico: 09487101475 REGISTRO CFT

TEODOZIOELETRO

PROJETOS ELÉTRICOS

PROJETO DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO

Nº 05

DIAGRAMA UNIFILAR E PLANTA DE SITUAÇÃO

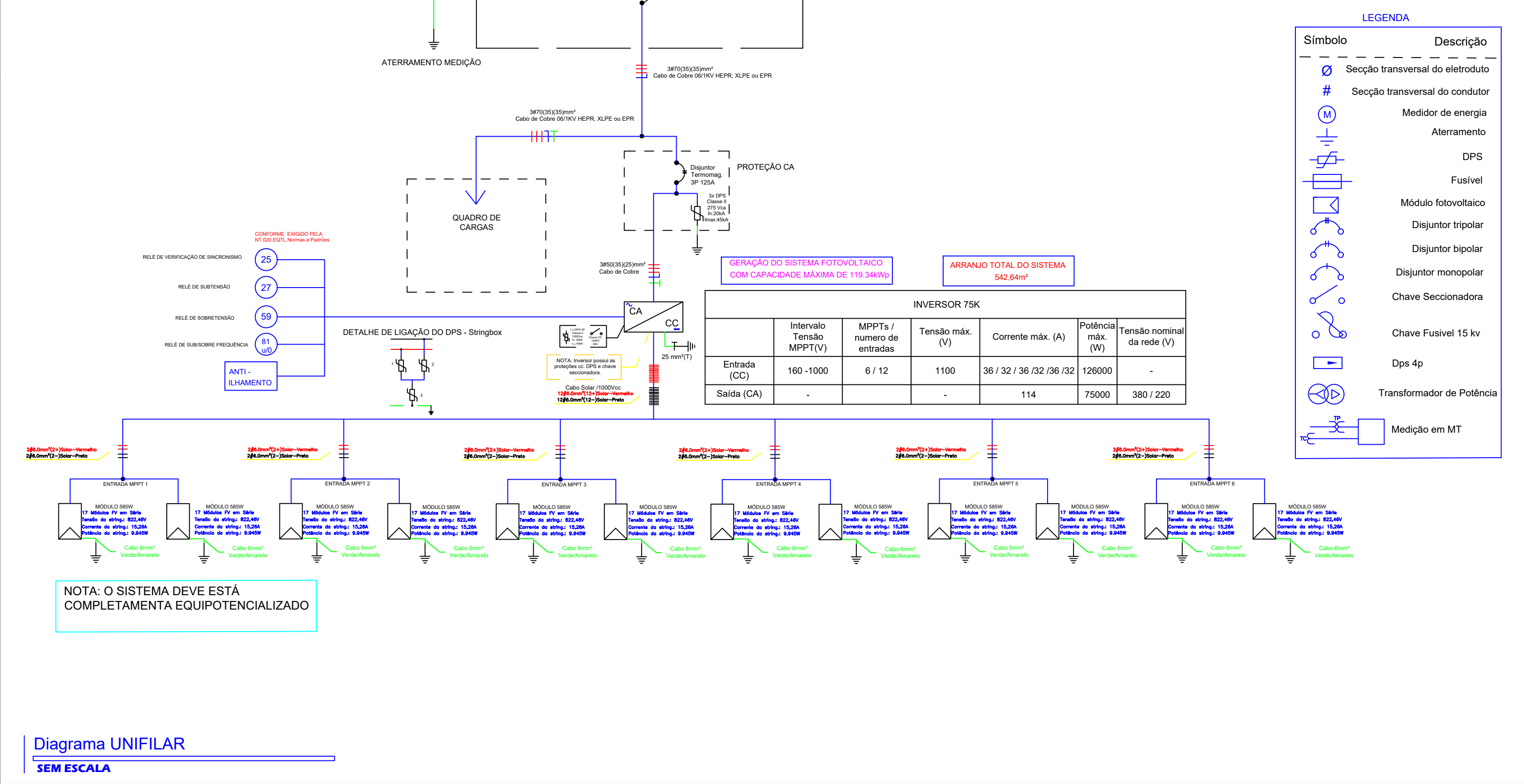
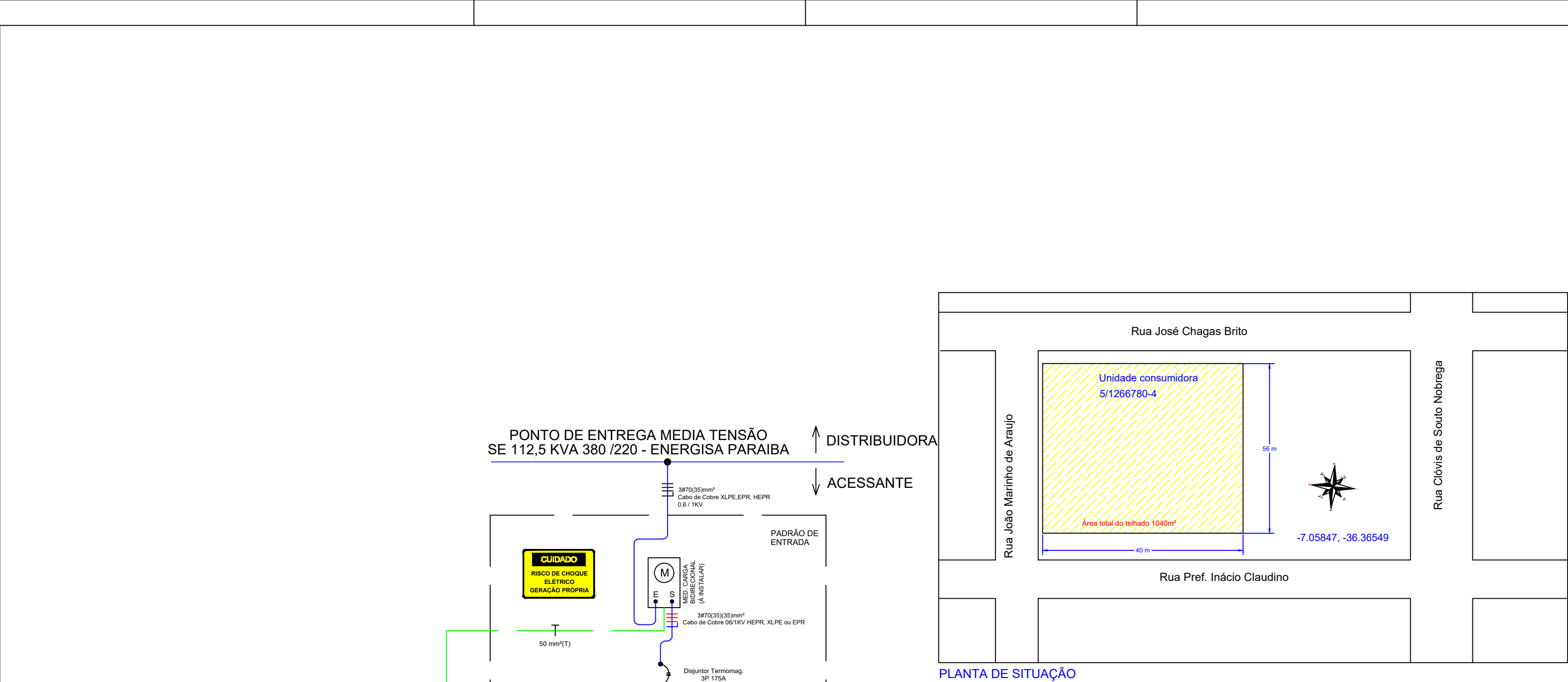
05/06

Projetista: CARLOS

Data Completa: 13/09/2024

Escala: SEM

Diagrama UNIFILAR
SEM ESCALA



NOTAS OBRIGATÓRIAS

1. O inversor será instalado em local de fácil acesso;

2. Somente deverá injetar energia na rede elétrica após a instalação do medidor bidirecional por parte da Energisa;

3. O padrão de entrada de energia está em condições técnicas e de conservação próprias para a instalação do medidor de energia;

4. As instalações serão executadas de acordo com a NDU001, NDU0013 da energisa, NBR-5410 e 14039 da ABNT;

5. Todos os disjuntores serão certificados pelo IMETRO;

6. A aprovação da vistoria pela Energisa, referente a obra deste projeto, fica condicionada a apresentação da ART/TRT (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução visada no ÓRGÃO da localidade;

7. A placa de advertência deverá ser confeccionada em PVC/acrílico com espessura mínima de 1mm

Observações

1 - Aterramento instalado em linha com 3 metros entre hastes, interligadas por cabo de cobre nú de 16 mm

2 - Inversor instalado em pavimento terreo, a 1,5m do piso acabado

3 - Inversor 75K

4 - 68 Módulos 204W

5 - A placa de Advertência deve ser instalado junto ao medidor do padrão de entrada

BREVE DESCRITIVO DO EMPREENDIMENTO

O projeto prevê a instalação na UC 5/1266780-4 um sistema de energia solar fotovoltaica conectado ao sistema de distribuição de BT da Energisa para acesso a microgeração, com potência de Geração instalada 119,34kWp

LEGENDA E ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Símbolo

Descrição

Ø

Secção transversal do eletroduto

#

Secção transversal do condutor

M

Medidor de energia

⏏

Aterramento

⚡

DPS

⚡

Fusível

⚡

Módulo fotovoltaico

⚡

Disjuntor tripolar

⚡

Disjuntor bipolar

⚡

Disjuntor monopolar

⚡

Chave Seccionadora

⚡

Chave Fusível 15 kv

⚡

Dps 4p

⚡

Transformador de Potência

⚡

Medição em MT

DADOS DO PROJETO:

Endereço:

RUA JOSÉ CHAGAS DE BRITO

Cidade / Setor:

SOLEDADE-PB

Proprietário:

MUNICÍPIO SOLEDADE / ESCOLA MUNICIPAL PROF. LUIZ GONZAGA BURITY

Resp. Técnico:

CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA

Contato:

(83) 999432991

Coordenadas Geográficas (UTM):

X: -36.36549

Y: -7.05847

Documento assinado digitalmente

gov.br

CARLOS ALBERTO TEODOZIO DE SOUZA

Data: 15/09/2024 23:44:20-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

09487101475

Resp. Técnico:

REGISTRO CFT

TEODOZIOELETRO

PROJETOS ELÉTRICOS

PROJETO DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTAICO

Nº 06

DIAGRAMA UNIFILAR E PLANTA DE SITUAÇÃO

06/06

Projetista:

CARLOS

Data Completa:

13/09/2024

Escala:

SEM